

MERCADO DE TRABALHO

Informalidade no Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

A presença de um setor informal expressivo é uma característica comum em países em desenvolvimento, representando de 1/3 a 2/3 da atividade econômica, e atingindo proporcionalmente mais as mulheres¹. No Brasil, antes da pandemia do novo coronavírus, **a população ocupada atuando na informalidade, isso é, sem carteira assinada ou sem ter um negócio regulado, representada tanto por donas de negócios como trabalhadoras, girava em torno de 41%**². Esta taxa manteve-se relativamente estável nos últimos anos e piorou substancialmente em decorrência da atual crise de saúde pública e econômica³.

Por setor informal, entendemos tanto as empresas como as trabalhadoras que operam à margem das leis vigentes de determinado país. Em outras palavras, as empresas informais seriam aquelas que não possuem um registro formal, como o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), exigido pelo governo brasileiro. Isto inclui os empreendedores autônomos (como ambulantes, feirantes e revendedores) que não possuem registro como microempreendedores individuais (MEI), por exemplo. Já as trabalhadoras

informais seriam aquelas que não possuem um contrato formal de regulamentação sobre sua mão-de-obra, ou “carteira assinada” – o que pode ocorrer, inclusive, em empresas formais. Este último fato é importante e deve ser levado em consideração por formuladores de políticas públicas, visto que o que se observa é que **não há necessariamente uma dualidade entre formalidade e informalidade**. Muito pelo contrário: cerca de 40% do emprego informal concentra-se em empresas formais no Brasil⁴.

Para o governo, a ausência de CNPJ significa um menor recolhimento de impostos, gerando alta evasão fiscal (com consequência adversa na oferta de serviços públicos, como educação e saúde), e também dificulta a capacidade de fiscalização por parte da prefeitura, principalmente sobre as condições de trabalho. Já para as trabalhadoras sem vínculos empregatícios formais, estas encontram-se desprovidas de garantias trabalhistas básicas previstas em lei, como 13º salário e férias remuneradas, proteção previdenciária, e outros benefícios do sistema de seguridade social brasileiro⁵.

Informalidade e empreendedorismo

A presença de um **setor informal expressivo** é uma característica em comum entre países em desenvolvimento, representando de **1/3** a **2/3** da atividade econômica

O setor informal é composto por três grupos:



- ✓ **Empresas informais** (sem CNPJ)
- ✓ **Trabalhadores informais** (sem carteira assinada) em **empresas informais** (sem CNPJ)
- ✓ **Trabalhadores informais** (sem carteira assinada) **em empresas formais** (com CNPJ)

Alguns dados

No Brasil, antes da pandemia do novo coronavírus...

- **41%** da população ocupada (donos de negócio + trabalhadores) eram informais (PNADC, 2019).

- **64%** dos trabalhadores no setor privado não possuíam carteira assinada (PNADC, 2019).



Números se agravaram desde então

Quais são os tipos de informalidade?

Apesar da indiscutível importância deste setor para a garantia de renda de milhões de famílias em países de baixa e média renda, principalmente em momentos de crise econômica, o seu papel para o desenvolvimento econômico permaneceu controverso durante muito tempo. Em particular, três visões principais permearam a literatura econômica, com argumentações, em grande medida, concorrentes⁶.

A primeira, conhecida como “visão romântica”⁷, percebe o setor informal como um recurso valioso altamente inexplorado.

Este setor seria, assim, um reservatório cheio de potencial empreendedor, restringido apenas pelas regulações governamentais que impõem altos custos associados à formalização.

A segunda visão, chamada de “visão parasita”, argumenta que o setor de empresas informais escolhe não se formalizar para incorrer maiores lucros ao se isentar de impostos e outras obrigações fiscais. Por fim, há uma terceira visão, chamada de **“visão de sobrevivência”, que entende a informalidade como uma consequência da pobreza.** Assim, essa condição seria uma estratégia de sobrevivência de empresas menos produtivas e trabalhadores menos qualificados, in-

capazes de concorrer no setor formal.

Até pouco tempo, estas perspectivas eram tidas como teorias quase antagônicas. No entanto, estudos recentes usando dados do Brasil e de outros países latino-americanos parecem sugerir que os três fenômenos, na verdade, coexistem⁸. No caso brasileiro, em particular, constatou-se que **aproximadamente 49% das empresas informais se alinham à “visão de sobrevivência”** (ou seja, não seriam produtivas o suficiente para competir no setor formal), enquanto **42% se alinham à “visão parasita”** (escolheriam permanecer informais, mesmo sendo produtivas e mesmo após os custos de formalização serem amenizados). **Por último, apenas 9% corresponderiam à “visão romântica”** e conseguiriam, de fato, prosperar após o processo de formalização.

E quais são as causas?

A constatação sobre a expressividade de empresas informais que não conseguiriam competir no mercado formal traz à tona dois conceitos importantes, que distinguem a atividade empreendedora com base em sua motivação inicial: oportunidade ou necessidade. O **“empreendedorismo por oportunidade”** ocorre quando indivíduos decidem iniciar uma empresa com base na

Fatos sobre a informalidade

Empresas informais são, na média:



- Criadas por **necessidade** como forma de escapar da pobreza ou por dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ao invés de motivadas por uma grande oportunidade de negócio
- **Menores, menos produtivas** e com **menor perspectiva de crescimento** e **geração de emprego** quando comparadas às empresas formais
- Incapazes de **concorrer** e **sobreviver** no mercado formal, muitas vezes preferindo permanecer informais

A alta taxa de informalidade acarreta diversos problemas. Por exemplo,



Para o governo



Baixa capacidade de fiscalização



Alta evasão fiscal



Menos recursos para investir em serviços públicos, como saúde e educação

Para o trabalhador



Baixa capacidade de fiscalização



Pior condição de trabalho + dificuldade de garantir direitos trabalhistas básicos previstos em lei, como 13º salário, férias remuneradas e proteção previdenciária

percepção de uma oportunidade única ou subexplorada de negócio.

Pesquisas demonstram que estas empresas investem relativamente mais em capital humano e inovação, gerando grandes benefícios para a sociedade devido à difusão do conhecimento (o que impacta diretamente índices de produtividade) e o seu maior potencial de crescimento e geração de emprego⁹. De fato, um dado empírico amplamente reconhecido é que **o custo de permanência na informalidade aumenta com o tamanho da empresa**, visto que ela torna-se cada vez “mais visível” aos olhos do poder público.

Em contrapartida, o **“empreendedorismo por necessidade”** relaciona-se aos negócios que são criados em razão da pobreza e dificuldade em se obter um posto de trabalho satisfatório. Esta dificuldade pode ocorrer por diversos fatores, incluindo **a falta de qualificação e discriminações estruturais no mercado de trabalho, como aquelas contra mulheres, pretos e minorias religiosas**¹⁰. A consequência é perversa: na média, empresas informais, criadas muitas vezes por este motivo, são pequenas (muitos trabalham por “conta própria”), improdutivas, usam pouco capital (devido às dificuldades de obtenção de crédito, por exemplo) e vendem pro-

ductos de baixo valor agregado, sendo tipicamente administradas por gerentes com menor qualificação.

Empreendedorismo e desenvolvimento econômico

Dada a distinção entre as motivações para se iniciar um negócio, especialistas em desenvolvimento do setor privado advertem sobre a **relação não necessariamente positiva entre os níveis de empreendedorismo e desenvolvimento econômico** (medidos pela taxa de nascimento de novas empresas e a renda por pessoa da população, respectivamente)¹¹. A ideia é que, em níveis mais baixos de renda, a taxa de novas empresas seria alta devido ao empreendedorismo por necessidade e setor informal expressivo. No entanto, na medida em que a população fosse enriquecendo, seria relativamente menos vantajoso recorrer a esta estratégia quando comparada à procura de vagas formais no mercado de trabalho. A partir de certo nível de desenvolvimento econômico, com a oferta de mão-de-obra mais bem qualificada e melhores níveis de competição, por exemplo, a taxa de nascimento de empresas voltaria a crescer, desta vez motivada por boas oportunidades de negócio e ancorada pela inovação.

E as mulheres nisso tudo?

No Brasil, as mulheres tiveram avanços relevantes no último século em relação ao mercado de trabalho. Em 1940, elas representavam 13% da força de trabalho, enquanto hoje representam quase a metade¹². Especificamente na área de empreendedorismo, mulheres são donas de apenas 38% dos negócios. Estudos realizados no Brasil encontraram que 55% destas mulheres criaram o próprio negócio, com metade sendo as únicas proprietárias. Outros 30% são parcerias, na vasta maioria das vezes com outras mulheres. Além disso, 42% das empreendedoras relataram ter começado o próprio negócio por necessidade e 58% por oportunidade¹³.

É importante olhar especificamente para o empreendedorismo feminino, visto que a experiência destas mulheres é particular. De fato, estudos demonstram que, na média, **mulheres tendem normalmente a empreender nas áreas sociais e no setor de serviços**¹⁴. Porém, a experiência de mulheres empreendedoras é diferente não somente por causa do tipo de empresa, mas também pelas dificuldades enfrentadas na hora de começar e desenvolver um negócio. Quando comparado com

áreas que necessitam níveis mais baixos de escolaridade, como na informalidade, foi encontrado que a diferença salarial em meios que exigem um nível de escolaridade elevado¹⁵. Assim, apesar de 78% das empreendedoras no Brasil terem um diploma universitário, elas seguem recebendo salários menores que seus homólogos homens¹⁶. Por isso, muitas mulheres empreendedoras entendem a desigualdade salarial e a dificuldade em ter acesso a recursos financeiros como um dos maiores gargalos para o empreendedorismo feminino no Brasil.

Tal dificuldade de acesso é relevante, com estudos encontrando que 85% têm que usar as poupanças pessoais para começar o negócio, e 63% dificuldade em obter capital financeiro no começo da carreira. As empreendedoras são, em grande parte, donas de pequenos negócios, com 89% delas contando com menos de 50 funcionários. Além disso, muitas mulheres relatam terem dificuldade em abrir e desenvolver o próprio negócio por conta das leis em relação aos pequenos negócios¹⁷.

Mulheres empreendedoras no Brasil



✓ Mulheres são donas de apenas **38%** dos negócios¹



✓ No Rio de Janeiro, por exemplo, mulheres que são chefes de domicílio representam **18%** do total de donos de negócio, contra **35%** dos homens²



✓ **90%** das mulheres empreendedoras declaram realizar afazeres domésticos³

¹ <https://datasebrae.com.br/perfil-dos-pequenos-negocios-do-rio-de-janeiro/#p2>

² <https://datasebrae.com.br/perfil-dos-pequenos-negocios-do-rio-de-janeiro/#p2>

³ <https://datasebrae.com.br/empreendedorismo-feminino/>

Como fazer o diagnóstico?

Primeiramente, é necessário dimensionar a informalidade - em outras palavras, entender o tamanho relativo do setor informal quando comparado ao setor formal. Para isso, **é importante levar em consideração as "margens" da informalidade: tanto a margem extensiva (isto é, a proporção de empresas informais na economia) quanto a margem intensiva (ou a proporção de trabalhadores sem "carteira assinada" em empresas formais)**. Também é válido analisar como esses números vêm evoluindo ao longo do tempo, principalmente em tempos de crise, e como se comparam ao de cidades próximas com características sociais, econômicas e demográficas similares.

Em seguida, com o desafio dimensionado, seria interessante observar as características deste mercado informal na sua cidade. **Especificamente, entender o perfil das empresas e dos trabalhadores separadamente, distinguindo, quando possível, empregados de empregadores** (ou "donos de negócio",

responsáveis pela criação do empreendimento). Desta forma, é possível explorar a incidência da informalidade sobre gênero, raça e níveis de escolaridade/qualificação destes grupos, assim como as atividades econômicas mais representadas. Todas estas informações são valiosas na hora de advogar sobre a relevância e formular políticas públicas.

Alguns outros dados de mercado de trabalho são potencialmente importantes de serem analisados, possuindo relação (direta ou indireta) com a informalidade. São eles: a taxa de desemprego da população - especificamente o **desemprego de "longo prazo"** (geralmente mais de um ano) - e a **distância entre o local de residência de trabalhadores de menor qualificação e as áreas que concentram empregos formais**. Analisar estes indicadores pode ajudar no esforço de mapeamento das possíveis causas da taxa de informalidade no município.

ONDE ENCONTRAR OS DADOS?

Dimensionar a informalidade é um desafio, visto que, por definição, empresas e trabalhadores informais operam longe da fiscalização do governo. No entanto, há algumas opções disponíveis.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA À DOMICÍLIO CONTÍNUA (PNADC)

Fornece estimativas trimestrais sobre o setor informal e outros indicadores do mercado de trabalho

CENSO DEMOGRÁFICO

Fornece dados a cada 10 anos, também cobrindo o setor informal e outros indicadores do mercado de trabalho.

DATASEBRAE

Recurso interativo e didático oferecido pelo SEBRAE que reúne importantes indicadores de mercado de trabalho e empreendedorismo, alguns com nível de desagregação municipal.

Há ainda a possibilidade de utilizar outras variáveis no exercício de dimensionamento do setor informal. Uma delas é observar o número de pessoas trabalhando por “conta própria” a partir de dados da Receita Federal ou da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS), visto que esta é uma forte característica da informalidade e costuma ser uma boa aproximação da sua margem extensiva (La Porta & Schleifer, 2014)¹⁸.

Como enfrentar esse problema?

Uma pesquisa recente utilizando dados brasileiros analisou os efeitos de quatro estratégias hipotéticas distintas¹⁹:

a) redução dos “custos de entrada” no setor formal (como, por exemplo, uma simplificação do processo burocrático);

b) redução de impostos sobre folha de pagamento;

c) aumento do custo de permanecer informal (através de uma maior vigilância ou auditorias mais frequentes por parte do governo); e

d) aumento do custo de empresas formais contratarem trabalhadores informais (também por meio de maior fiscalização pública).

As evidências revelaram que cada uma destas políticas de combate à informalidade, tanto de empresas como de trabalhadores, poderiam gerar consequências indesejadas caso implementadas isoladamente, o que requer precaução.

Por exemplo, o que se observou foi que, no nível agregado da economia, **a estratégia de redução dos**

“custos de entrada” no setor formal gera grande diminuição na proporção de empresas informais, mas quase nenhum efeito na proporção de trabalhadores informais. A intuição para este resultado é que a redução no “custo de entrada” induz empresas pouco produtivas a se formalizarem, mas estas continuam contratando muitos trabalhadores sem carteira assinada.

O resultado é uma pequena redução no número de trabalhadores sem carteira assinada, e um aumento indesejado no número de empresas informais.

Estes exemplos evidenciam a importância de desenvolver um plano abrangente e plural de enfrentamento às causas da informalidade, que leve em consideração, na medida do possível, todos os possíveis efeitos sobre as suas “margens”. **No longuíssimo prazo, o objetivo deve ser reduzir o “empreendedorismo por necessidade”,** implementando políticas públicas que:

a) incentivem a criação e acessibilidade da população a empregos decentes (ou seja, trabalhos no

setor formal, com salários que tenham um poder de compra mínimo e ofereçam ampla proteção social);

b) qualifiquem a mão-de-obra por meio da educação de qualidade (inclusive por meio do ensino técnico), de tal forma que a força de trabalho esteja apta para assumir esses postos; e

c) combatam discriminações estruturais no mercado de trabalho, também por meio de ações afirmativas.

Em relação às mulheres, especialistas ressaltam a importância de programas que visem especificamente ajudar empreendedoras e grupos mais vulneráveis. Políticas públicas focadas no público feminino e seu desenvolvimento financeiro são vistas como necessárias para a inclusão social e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico do país²⁰. Estudos mostram que existe não somente uma falta de treinamentos e acesso a crédito para mulheres quando comparado aos homens, mas também de oportunidades de networking (rede de contatos) que as possibilitem compartilhar experiências e criar uma comunidade de apoio.

De fato, no Brasil, poucas organizações de suporte ao empreen-

dedorismo são exclusivas para mulheres. Aquelas que não são possuem dificuldade em oferecer ajuda que leve em consideração as suas realidades particulares, seja pelas dificuldades de conseguir empréstimos, seja pelo tempo dedicado aos afazeres domésticos e à maternidade. Um estudo encontrou que somente 39% das empreendedoras fazem parte de uma organização voltada para o ramo, mas a grande maioria das empreendedoras com maior sucesso financeiro fazem parte. Além disso, as empreendedoras com maior sucesso financeiro relataram terem sido expostas desde novas ao empreendedorismo. **Por esta falta de ajuda institucional, a ajuda familiar e dos amigos é fundamental para o sucesso dos negócios de mulheres empreendedoras**²¹. Criar programas voltados para este grupo pode começar a reduzir tais problemas e facilitar a inclusão das mulheres no meio. Além disso, políticas de educação sobre empreendedorismo, possivelmente em escolas ou colégios, podem ser uma boa maneira de incentivar mulheres a empreenderem no futuro²².

Que tipos de políticas podemos implementar?

No longo prazo, o objetivo das políticas públicas deve ser o de reduzir o “empreendedorismo por necessidade” através da:

1



Acessibilidade da população a empregos decentes, ou seja, trabalhos no setor formal, com salários que tenham um poder de compra mínimo e ofereçam ampla proteção social;

- Por exemplo, por meio de políticas que facilitem o *matching* (ou “encontro”) entre empresa e trabalhador (como “atacações de emprego” ou plataformas virtuais para cadastro de vagas disponíveis e currículo de candidatos) e facilitem o deslocamento da população para lugares com maior concentração de empregos formais (como subsídios ao auxílio-transporte)

2



Capacitação da mão-de-obra por meio da educação de qualidade (inclusive por meio do ensino técnico e oficinas de treinamento), de tal forma que a força de trabalho esteja apta para assumir esses postos

3



Combate às discriminações estruturais no mercado de trabalho, como aquelas contra raça, gênero e religião, por meio de ações afirmativas



Exemplos de políticas públicas exitosas

POLÍTICAS DE FORMALIZAÇÃO E SUBSÍDIO

É importante lembrar da importância de (re)avaliações recorrentes para qualquer política pública, mas especialmente para as que tratam de subsídios. Uma análise é necessária, não só dos resultados esperados e da viabilidade do projeto, mas também da pertinência e do fundamento da política em si. Os resultados têm que ser constantemente revisitados e adaptados para assegurar o cumprimento do objetivo. De fato, políticas públicas de subsídio mal implementadas e gerenciadas são um gasto subótimo do orçamento, além de afetarem a confiança da população em relação ao governo municipal²³.

PROGRAMA DE FORMALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CATADORES DE LIXO RECICLÁVEL (BELO HORIZONTE-MG E SOROCABA-SP)

A cooperação entre a Superintendência de Limpeza Urbana do governo municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais e a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (ASMARE) contribuiu para a formalização de catadores informais. **Foram implementados subsídios municipais mensais para a associação, reconhecendo assim formalmente os catadores dentro do sistema de gestão de resíduos sólidos da cidade**²⁴. Através de acordos, a ASMARE conseguiu subsídios para construir infraestrutura, como armazéns e recipientes de reciclagem, além de cursos específicos para os trabalhadores, sobre assuntos como reciclagem e o meio ambiente, cooperação, e alfabetização. Em 2003, foi criado o Fórum Municipal Lixo e Cidadania (FMLC-BH), permitindo a facilitação de comunicação entre trabalhadores e o município, a fim de discutir problemas encontrados pelos catadores e atividades de conscientização ao meio ambiente e reciclagem. Assim, foram realizados workshops e atividades culturais pela cidade para conscientizar a população sobre a importância do trabalho dos catadores. Estudos encontraram que a transição para a semi ou total formalidade teve um impacto positivo na qualidade de vida e nas condições de trabalho dos catadores, além de

uma maior qualificação profissional para os que seguiram os cursos. Aqui, a semi formalidade se refere a empresas cadastradas com CNPJ, mas que continuam adotando alguns processos de informalidade, como por exemplo a contratação sem carteira assinada, ou realizando contas não-registradas²⁵. **Em relação às mulheres, enquanto em 1993, na implementação do programa, somente 18% dos trabalhadores eram mulheres, em 1998, essa proporção já havia aumentado para 55%.** A associação incentivou esse aumento oferecendo serviços, incluindo serviços de cuidado infantil, e permitindo a mulheres trabalharem mais horas²⁶. **Um programa similar de cooperação entre associação e município implementado em 2006 em Sorocaba, SP, encontrou que houve um aumento de 80% de material coletado entre 2008 e 2012, além de um aumento de produtividade de 55% após a formalização do trabalho dos catadores.** Além disso, foi encontrado um aumento de 9% na taxa de reciclagem da cidade²⁷.

POLÍTICAS DE MICROCRÉDITO

MICROCRÉDITO E BANCO DO POVO (RECIFE-PE)

O Programa Microcrédito Orientado da Prefeitura da Cidade do Recife, em cooperação com o Banco do Povo do Recife (BPR), tem como objetivo a democratização do acesso ao crédito. O programa oferece um sistema de microcrédito, com empréstimos de baixo valor para empreendedoras e empreendedores formais e informais, e cursos para aquisição de novas competências empresariais, incluindo temas como organização e gerenciamento, viabilidade de negócios, criação de novos negócios, custos, marketing, e controles administrativos. Também são realizadas consultorias e assessorias gratuitas para as que pedirem empréstimo, e visitas após os cursos serem realizados, a fim de aconselhar e ajudar na organização na prática. Um estudo encontrou que **os e as participantes saem dos cursos e do programa com uma maior competência administrativa, um maior comprometimento com os negócios, e um relacionamento melhor com clientes, fornecedores, e parceiros de negócios.** Além disso, foi constatado que os empréstimos solicitados foram investidos nas empresas, para adquirir materiais novos e equipamentos que aumentam a produtividade dos pequenos negócios. O programa também organiza encontros anuais, convidando todas as pequenas empreendedoras/es com crédito a se encontrarem e formar uma rede de networking local²⁸.

POLÍTICAS VOLTADAS PARA O EMPREENDEDORISMO:

EMPRETEC (Itabaiana-SP, Angra dos Reis-RJ, e Macapá-AM)

O programa EMPRETEC, formulado pelas Nações Unidas, é aplicado no Brasil pela SEBRAE. São oferecidos workshops de treinamento de empreendedorismo, consultoria e assessoria de planejamento de negócios, e redes de networking²⁹. Em 2018, mais de 260,000 empreendedores já tinham participado do programa, tornando o Brasil o país com o maior número de workshops no mundo. Em estudo realizado em Itabaiana, no Sergipe, foi encontrado que os participantes usavam com frequência o conteúdo ensinado na EMPRETEC, cometendo assim menos erros na gestão do negócio. Além disso, houve um aumento na motivação e na autoconfiança das empreendedoras/es³⁰. Em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, 82% das empresárias/os que frequentaram os seminários criaram novos produtos após o programa, 78% disseram que os resultados financeiros de suas empresas aumentaram, e 94% perceberam que tinham uma melhor capacidade de reconhecer oportunidades de negócios³¹. Outra pesquisa, realizada na cidade de Macapá, no Amapá, encontrou um aumento de 76% na criação de novas empresas depois do seminário, além do número de empresas dos participantes com CNPJ ter aumentado de 15,3% a 92%³².

MEI + SIMPLES

O Programa SIMPLES Nacional foi criado em 2006³³ e constitui um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos, sendo aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Este regime abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Para ser elegível ao SIMPLES a Microempresa não pode ter tido receita superior a R\$360 mil enquanto a Empresa de Pequeno Porte necessita ter faturado entre R\$ 360mil e R\$4,8 milhões. Em média, o programa conseguiu diminuir em 8% da receita anual os impostos das empresas participantes. Assim, o programa diminui o custo da

formalização no Brasil, aumentando em 35% a formalização de empresas médias, e em 13% a formalização em geral³⁴.

Já o MEI³⁵ (Microempreendedor Individual) é o empresário ou trabalhador por conta própria que possui faturamento limitado a R\$ 81 mil por ano e se enquadre em ocupações definidas pela legislação³⁶. Tanto o SIMPLES quanto o MEI possuem como característica comum uma taxa mensal que reúne impostos federais, estaduais e municipais, bem como algumas proteções sociais. O optante pelo MEI, por exemplo, tem direito a licença médica remunerada, licença maternidade, e aposentadoria, reduzindo significativamente o custo da formalização. Através do MEI, trabalhadores e microempreendedoras/es podem criar um CNPJ, tendo então acesso a programas bancários para empreendedoras/es e a subsídios de crédito governamentais³⁷.

Exemplos de projetos de leis municipais

Artigo 151 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, cláusula VII

(Belo Horizonte-MG)

Determinou que a coleta e venda de materiais recicláveis fosse feita através de cooperativas de catadores, formalizando assim o trabalho deles.

Lei 2336/2004

(Diadema-SP)

Permitiu ao município contratar e trabalhar junto com cooperativas de catadores de materiais recicláveis, formalizando a remuneração pelos serviços ofertados em conjunto com a prefeitura no âmbito do esquema de coleta municipal.

Avaliação de impacto

Políticas voltadas para mulheres no empreendedorismo:

SHRI MAHILA SEWA SAHAKARIA BANK LTD. (INDIA)

Em 1974, foi criado o Shri Mahila SEWA Sahakari Bank Ltd., banco gerenciado pela Associação de Mulheres Autônomas (SEWA), na Índia. Este banco cooperativo para mulheres funciona exclusivamente com os depósitos dos membros, que, em 2012, incluíam 120.000 mulheres. O banco é gerenciado por um conselho composto de mulheres autônomas de diversas áreas de trabalho informal e tem como objetivo facilitar empréstimos para mulheres empreendedoras, permitindo assim um maior acesso a serviços financeiros e emancipação financeira. O programa de empréstimos de dinheiro para a compra e atualização de equipamentos de trabalho para mulheres autônomas, que foi criado em 1977, tem uma taxa de reembolso maior que 95%, e os empréstimos para compras de casa, de quase 100%. O banco funciona com pedidos de abertura de contas e empréstimos de 1 página para facilitar o processo de acesso, cobrança porta-a-porta de parcelas e depósitos a fim de manter uma relação de confiança e diminuir o custo de transporte para seus clientes, e programas de ajuda legal, cuidado infantil, e de bolsas para treinamento vocacional para capacitar mulheres financeiramente. A fim de não cobrar taxas excessivas de atraso, o banco oferece uma extensão de período de reembolso em casos de dificuldade financeira, e um sistema flexível de negociação. Além disso, o Shri Mahila SEWA Sahakari Bank Ltd. realiza inspeções de projetos financiados pelos empréstimos para manter um canal de comunicação clara com as mulheres. Com as taxas de juros cobradas pelo banco, ele se auto-sustenta e paga pelos custos administrativos dos serviços. **Pesquisas mostraram que este sistema permite que mulheres tenham mais facilidade em economizar dinheiro, podendo assim realizar reformas em suas casas. Essas reformas facilitam o dia-a-dia, resultando em mais tempo produtivo no trabalho.**

O maior acesso a água e eletricidade também torna possível o uso de equipamentos elétricos para o seu trabalho, além de uma produção mais rápida e sanitária de produtos para vender, aumentando, assim, a sua renda³⁷.

WOMEN ENTREPRENEURSHIP PROGRAMME (ÁFRICA DO SUL)

O Women Entrepreneurship Programme (Programa de Empreendedorismo para Mulheres), ou WEP, na África do Sul, é um programa de treinamento criado por mulheres, para empreendedoras potenciais ou já estabelecidas. O programa foi criado após um estudo demonstrar que empresas com proprietárias mulheres eram menos competitivas e menos equipadas em relação às propostas de negócios. Assim, oferecem treinamento de planejamento de negócios, redes de networking, acesso à networks de empresários, e workshops sobre diversos assuntos, incluindo empoderamento feminino. **Foi encontrado que 92% das empreendedoras participantes perceberam um aumento no lucro após o programa, 96% disseram que o programa ajudou em relação às habilidades de marketing, e 97% disseram que tiveram um aumento considerável na rede de networking com outras mulheres empreendedoras.** Além disso, 97% das participantes que já eram empreendedoras disseram que perceberam um efeito do programa sobre o seu negócio, tanto relacionado ao crescimento da empresa, motivação e autoconfiança, lucro, marketing, e a elaboração de um plano de negócios³⁸.

Políticas de formalização de trabalhadores:

REGULARIZAÇÃO DE VENDEDORES DE RUA BHUBANESHWAR, INDIA

Em 2006, em Bhubaneshwar, na Índia, uma cooperação entre o governo municipal e a Associação Nacional de Vendedores de Rua criou o City Management Group (CMG), a fim de criar áreas dedicadas aos quiosques de rua. O grupo criou um processo de seleção e critérios específicos para as áreas delimitadas, juntando os interesses dos

vendedores com os interesses da prefeitura, que tinham que levar em consideração outros fatores, como trânsito e barulho. Entre 2006 e 2011, 54 áreas foram delimitadas, incluindo mais de 2600 quiosques. Estudos encontraram que o estabelecimento destas áreas levou a uma melhora nas condições de trabalho nos quiosques, além de uma diminuição na perda de produtos devido a tempestades ou chuva. De fato, por terem acesso a uma infraestrutura permanente, foi possível construir quiosques de melhor qualidade, facilitando assim a proteção do material e dos trabalhadores. Também houve um aumento nas vendas dos quiosques, por terem mais permanência e conseguirem criar uma clientela frequente. Em troca da delimitação das áreas, a cidade cobra uma taxa anual para os quiosques, gerando assim uma nova renda para a prefeitura. O projeto teve tanto sucesso que cidades vizinhas adotaram medidas similares³⁹.

Inspirações para política pública

EMPREENDIMENTO COMUNITÁRIO (TAMIL NADU, INDIA)

A empresa comunitária Gram Mooligai Company Limited (GCML), liderada por mulheres, no estado de Tamil Nadu, na Índia, foi a primeira empresa comunitária feminina no país. A empresa especializada em ser intermediária entre fazendeiros de ervas e outras empresas organizou mulheres em diferentes regiões do estado em coletivos, a fim de aumentar o poder econômico e de negociação. Assim, um estudo encontrou que 100% das fazendeiras e fazendeiros parceiras/os tiveram um aumento no lucro, de em média, 30%. Além disso, 47% das participantes conseguiram aumentar as poupanças, com 82% delas reinvestindo o lucro dentro do negócio, 30% tendo relatado mais acesso à saúde básica por terem mais meios para pagar, e 33% disseram sentir um aumento na autoconfiança. Cerca de 61% das mulheres também relataram ter mais poder e autonomia dentro e fora de casa, tendo a opinião mais valorizada e o poder de decisão mais respeitado⁴⁰.

- 1 Ulyssea, G. (2020). Informality: Causes and consequences for development. *Annual Review of Economics*, 12, 525-546.
- 2 IBGE/PNADC (1º trimestre de 2019).
- 3 IBGE/PNADC (2º trimestre de 2019).
- 4 Ulyssea, G. (2018). Firms, informality, and development: Theory and evidence from Brazil. *American Economic Review*, 108(8), 2015-47.
- 5 Corseuil, C. H. L., Neri, M. C., & Ulyssea, G. (2014). Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais (No. 1939). *Texto para Discussão*.
- 6 La Porta, R., & Shleifer, A. (2014). Informality and development. *Journal of Economic Perspectives*, 28(3), 109-26.
- Ulyssea, G. (2020). Informality: Causes and consequences for development. *Annual Review of Economics*, 12, 525-546.
- 7 No meio acadêmico, também é conhecida como “visão de Soto”, em referência ao seu autor, o economista Hernando de Soto.
- 8 Ulyssea, G. (2020). Informality: Causes and consequences for development. *Annual Review of Economics*, 12, 525-546.
- Ulyssea, G. (2018). Firms, informality, and development: Theory and evidence from Brazil. *American Economic Review*, 108(8), 2015-47.
- 9 Acs, Z. (2006). How is entrepreneurship good for economic growth?. *Innovations: technology, governance, globalization*, 1(1), 97-107.
- Baumol, W. J., Litan, R. E., & Schramm, C. J. (2007). *Good capitalism, bad capitalism, and the economics of growth and prosperity*. Yale University Press.
- 10 Banerjee, A. V., & Duflo, E. (2007). The economic lives of the poor. *Journal of economic perspectives*, 21(1), 141-168.
- Amin, M. (2010). Necessity vs. opportunity entrepreneurs in the informal sector (No. 60351, pp. 1-4). *The World Bank*.
- 11 Wennekers, S., Van Wennekers, A., Thurik, R., & Reynolds, P. (2005). Nascent entrepreneurship and the level of economic development. *Small business economics*, 24(3), 293-309.
- 12 IBGE (2016)
- 13 Smith-Hunter, A.E & Leone, J. (2010). Evidence on the characteristics of women entrepreneurs in Brazil: An empirical analysis. *International Journal of Management and Marketing Research*, 3(1), 85-102.
- 14 Martins Borges Ladeira, F., and Vier Machado, H. (2013). “Social Entrepreneurship” a Reflection for Adopting Public Policies that Support the Third Sector in Brazil”, *Journal of Technology and Management & Innovation*, vol. 8(2)
- 15 Hinojosa, M. (2012). *Selecting Women, Electing Women* (Philadelphia, PA: Temple University Press).
- 16 Idem
- 17 Smith-Hunter, A.E & Leone, J. (2010). Evidence on the characteristics of women entrepreneurs in Brazil: An empirical analysis. *International Journal of Management and Marketing Research*, 3(1), 85-102.
- 18 La Porta, R., & Shleifer, A. (2014). Informality and development. *Journal of Economic Perspectives*, 28(3), 109-26.
- 19 Ulyssea, G. (2018). Firms, informality, and development: Theory and evidence from Brazil. *American Economic Review*, 108(8), 2015-47.
- 20 Ferreira, V., Silva, G., Andreassi, T. (2018). “Entrepreneurship policy in Brazil: its focus and gaps”, *International Journal of Entrepreneurship and Small Businesses* vol. 34(2), pp. 183-203.
- 21 Smith-Hunter, A.E & Leone, J. (2010). Evidence on the characteristics of women entrepreneurs in Brazil: An empirical analysis. *International Journal of Management and Marketing Research*, 3(1), 85-102.
- 22 Idem
- 23 Rojas, Fernando. (2018). “Como evaluar y mejorar las políticas de subsidios públicos en la era de la medición del desempeño y la rendición de cuentas por resultados?”, para o projeto “Desarrollo de Capacidades para la Gestión de las Finanzas Publicas en Colombia” - Contraloría General de la Nación
- 24 Dias, S. (2011). “Integrating Informal Workers into Selective Waste Collection: The Case of Belo Horizonte, Brazil”, *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing, Policy Brief (Urban Policies)*, n.4
- 25 Aparecida Feija, Carmem, et al. (2009). “Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na Cinf”, *Revista de Economia Contemporânea*, vol.13(2):329-354
- 26 Dias, S. (2011). “Integrating Informal Workers into Selective Waste Collection: The Case of Belo Horizonte, Brazil”, *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing, Policy Brief (Urban Policies)*, n.4
- 27 Silva de Souza Lima, N., Donnini Mancini, S. (2017). “Integration of informal recycling sector in Brazil and the case of Sorocaba City”, *Waste Management & Research*, vol. 35(7), pp. 721-729
- 28 Dos Santos, I. L. (2006). “A ação indutora da política pública para o desenvolvimento de competências empreendedoras: uma experiência do Banco do Povo do Recife”, *Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco*
- 29 Nakao, I.H., Pereira, V. H. K. K., Fingerma, N., Stettiner, C. F., Moia, R. P., and Junger, A. P. (2018). “O EMPRETEC como política pública de empreendedorismo”, *Humanidades & Inovação*, vol. 5(11), p. 388-397
- 30 Santos, H., Rocha Escobar, M. A., Nannini da Silva Florêncio, M. (2020). “Avaliação do Desempenho Profissional e Organizacional dos Participantes do EMPRETEC no Município de Itabaiana/SE”, *XI Egepe, Belo Horizonte, MG*
- 31 GOMES J. S. O empreendedorismo: uma análise sobre o perfil do novo empreendedor e os resultados de sua gestão. *Revista EDUC - Faculdade de Duque de Caxias*, jan.-jun. 2014. vol. 01, p. 55-64, No 01.
- 32 COSTA, R. A. T. A importância do treinamento empresarial para a formação de empreendedores: um estudo com base no EMPRETEC - AMAPÁ. *Estação Científica (UNIFAP)*. Macapá, jan./jun. 2015. v. 5, n. 1, p. 69-83.
- 33 Lei Complementar nº 123, de 2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, a partir de 01/07/2007.
- 34 Monteiro, J. C. M., and Assunção, J. J. (2006). “Outgoing the shadows: estimating the impact of bureaucracy simplification and tax cut on formality and investment”, *PUC-Rio*
- 35 Lei Complementar 128/2008, com vigência a partir de 01/07/2009
- 36 Resolução CGSN Nº 140, de 22 de maio de 2018
- 37 Cardoso, A. (2016). “Informality and Public Policies to Overcome it: The Case of Brazil”, *Sociologia e Antropologia*, vol. 6(2)
- 37 Obino, F. (2013). “Housing Finance for Poor Working Women: Innovations of the Self-Employed Women’s Association in India”, *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing, Policy Briefs (Urban Policies)*, n. 14
- 38 Botha, M. (2006). “Measuring the Effectiveness of the Women Entrepreneurship Programme, as a Training Intervention, on Potential, Start-Up and Established Women Entrepreneurs in South Africa”, *Doctorate Dissertation - University of Pretoria*
- 39 Kumar, R. (2012). “The Regularization of Street Vending in Bhubaneswar, India: A Policy Model”, *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing, Policy Brief (Urban Policies)*, n. 7
- 40 Costanza, T., Martinez, A. (2014). “Women’s empowerment and micro-entrepreneurship in India: Constructing a new development paradigm?”, *Progress in Development Studies*, vol. 14(1), pp. 31-48